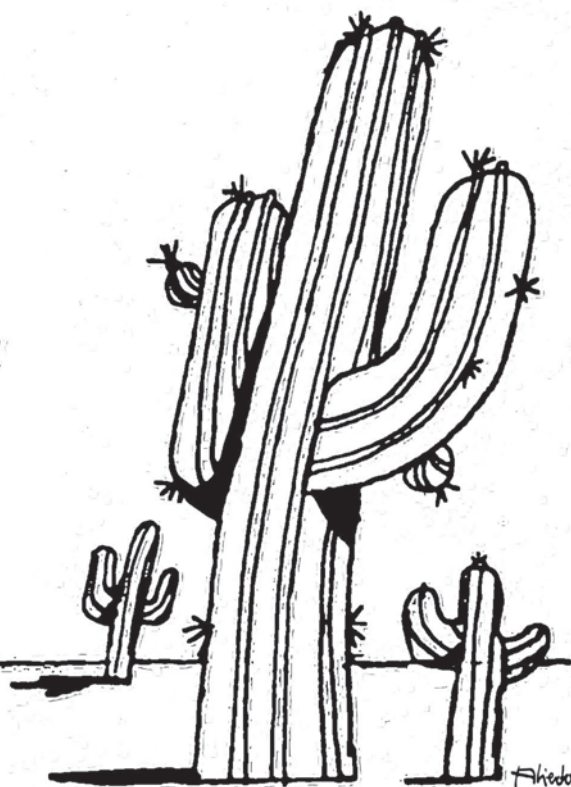


Desmobilização política



Por que a sociedade brasileira não consegue se mobilizar e ditar os rumos da grande política nacional? Artigos de Carlos Lessa, Ricardo Antunes e Léo Lince e entrevista com Leonardo Boff jogam luz sobre a questão.



Pinguelli previne sobre a privatização de hidrelétricas antigas; documentário *Cidadão Boilesen* aponta o papel do empresariado na ditadura militar; FPO detalha o orçamento de políticas para a população negra.

Editorial

Desmobilização política

■ As paradas LGBT atraem multidões, os trabalhadores dos Correios e dos bancos organizam greves nacionais e há também as mobilizações conclamadas via redes sociais, no estilo do Occupy Wall Street. No entanto, estes movimentos de base não encontram eco na grande política, seja nos partidos políticos, seja nos diversos níveis do legislativo e executivo.

O bloco central desta edição do JE dedica-se à ambiciosa tarefa de investigar as razões da incapacidade da sociedade brasileira de ditar os rumos da grande política. Na origem desta dissociação, propomos, estaria o processo eleitoral brasileiro. O sociólogo Léo Lince abre o bloco com um artigo sobre a primazia do poder econômico nas eleições brasileiras, em que conclui que “todo poder emana dos financiadores de campanha e em seu nome está sendo exercido”. Ricardo Antunes, professor da UNICAMP, após um interessante histórico do movimento sindical brasileiro, aponta o processo de cooptação pelo governo federal de grande parte das lideranças dos trabalhadores, seduzidas por repasses de verbas e cargos em conselhos de empresas estatais.

O economista Carlos Lessa acrescenta ao debate uma reflexão teórica sobre a separação das esferas econômica e política, em que afirma: “cancelou-se a historicidade e a análise econômica passou a desconhecer espaço e tempo no esforço teórico”.

Fechando o bloco temático, o teólogo Leonardo Boff, expoente da Teologia da Libertação, analisa em entrevista o papel das igrejas carismáticas, católicas e evangélicas, no processo de alienação dos fiéis em relação às suas realidades sofridas. Na sequência desta edição, artigo de Luiz Pinguelli Rosa alerta para o lobby de grupos privados no sentido de arrematar hidrelétricas antigas, a preço de banana, em possíveis leilões, o que causaria prejuízos para o consumidor brasileiro. O próximo artigo, do historiador Hiran Roedel, discorre, a partir de *Cidadão Boilesen*, um dos melhores documentários brasileiros dos últimos anos, sobre a participação orgânica do empresariado brasileiro e estrangeiro na manutenção da ditadura militar no Brasil.

Fechando a edição, o Fórum Popular do Orçamento detalha os dados orçamentários das ações voltadas especificamente à população negra no Município e no Estado do Rio de Janeiro.

ERRATA Na entrevista de João Paulo de Almeida Magalhães, publicada na edição do JE de setembro de 2011, fazemos uma retificação na primeira resposta. O texto correto é o seguinte: “A partir de 1980, passou a dominar a política econômica a visão neoliberal codificada em 1990 pelo Consenso de Washington. Nesse período, o crescimento do PIB ficou em torno de 2,5% a.a.”

SUMÁRIO

- 3 **Desmobilização**
Léo Lince
A cidadania desencarnada e o fascismo de mercado
- 5 **Desmobilização**
Ricardo Antunes
A engenharia da cooptação e os sindicatos
- 7 **Desmobilização**
Carlos Lessa
Economia Política?
- 9 **Entrevista: Leonardo Boff**
“As Igrejas carismáticas, seja católicas, seja evangélicas, não se colocam em relação à questão social. Elas são profundamente alienadas e, pior, alienantes, pois distraem os fiéis de sua própria realidade sofrida ou lhes dão uma versão espiritualista.”
- 11 **Energia**
Luiz Pinguelli Rosa
Equívocos da proposta de revogação das concessões de hidrelétricas estatais
- 13 **Documentário**
Hiran Roedel
Cidadão Boilesen: Os civis e o regime pós-64
- 14 **Fórum Popular do Orçamento**
Políticas públicas para a população negra, e as conquistas?
- 16 **Eventos aproximam Corecon-RJ de estudantes de Economia**
Resultado das eleições 2011
Agenda de cursos
Demonstrativo das receitas e despesas

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Paulo Sergio Souto, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman,

João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

A cidadania desencarnada e o fascismo de mercado

■ Léo Lince*

A história recente do Brasil, do esgarçamento da ditadura militar até os dias de hoje, tem sido feita dos fluxos e refluxos da luta interminável pela afirmação daquilo que foi batizado, nos tempos heroicos da resistência democrática, como “nova cidadania”. Uma poderosa aspiração por mudança, como um espectro que ronda os acontecimentos, tentou se apossar do corpo da política, na busca por conteúdos novos para a democracia e na tentativa de inventar uma nova “gramática do poder”.

O desencanto com a política e o refluxo dos movimentos sociais, marcas indiscutíveis do momento atual, estão situados no reverso daquele impulso. Uma espécie de contraface lógica de um processo que extrapola os limites do conjuntural. São fenômenos lastreados no estrutural e, por conta disto, só podem ser explicados a partir dos percalços da história recente. Definem o perfil da conjuntura política em curso, mas decorrem de causas que vão muito além dela.

O espírito buliçoso da “nova cidadania”, que agitava o âmago de todos os conflitos, pintou e bordou na resistência e no pós-ditadura. Não há fatos da política brasileira nem estruturas da nossa sociedade que tenham conseguido ficar imunes ao impulso reno-

vador do ativismo cidadão. Mesmo golpeado por derrotas parciais, ele ressurgia sempre, transportando para outras frentes de luta o seu inesgotável estoque de esperança.

Em alguns casos essa presença foi explícita e luminosa. Basta ver a enorme fieira das grandes manifestações populares que pontuaram os diferentes momentos do período. O movimento da “Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita”, as “Diretas-Já”, os comícios da campanha pela eleição indireta de Tancredo Neves, o movimento Lula-Brasil nas diretas finalmente reconquistadas, além do Fora Collor, que afastou por corrupção o primeiro presidente eleito de-

pois da ditadura, foram manifestações gigantescas e impressionantes. Concentradas em curto período histórico, elas marcaram época.

Além dos eventos grandiosos, o período desencadeou processos que, como manchas de óleo, aos poucos foram refazendo a fisionomia dos diferentes agentes políticos e sociais. Houve mudanças radicais na agenda de debates de todos os partidos políticos e de todas as estruturas intermediárias de poder da nossa sociedade. Sem falar, claro, dos novos movimentos sociais – sindicalismo renovado, associativismo de moradores, movimentos culturais, ecológicos, feministas, antidiscri-

minatórios e tantos outros – todos diretamente ligados ao impulso da “nova cidadania”.

A forte presença de uma aspiração renovadora, apesar dos acontecimentos grandiosos que conseguiu produzir, não logrou fechar o circuito de uma mudança qualitativa no quadro da política. A anistia veio, mas não foi “ampla, geral e irrestrita”. As diretas não foram “já”. Tancredo Neves, depois de refazer o roteiro dos comícios das diretas, ganhou no Colégio Eleitoral, mas agonizou e morreu antes da posse. A coalizão de veto ao regime militar foi hegemonizada, no governo Sarney, pela Aliança Democrática, no cerne da qual se articulavam os setores



mais moderados da oposição e os segmentos recém-descolados do autoritarismo.

Dependendo do pano de fundo sobre o qual se projetam tais acontecimentos, eles podem ser vistos como derrotas parciais ou vitórias relativas. O vetor resultante foi a chamada “transição intransitiva”, na qual se resgatou a lógica do velho patrimonialismo brasileiro. O rearranjo no interior das elites, a lógica da restauração da ordem a partir de mudanças controladas de cima, padrão recorrente nas grandes crises da nossa vida política, foi a marca constitutiva da chamada “Nova República”.

No milagre econômico da ditadura, a estrutura social foi metamorfoseada no contexto opressivo e de eclipse total no livre jogo da política. Na transição intransitiva, os novos agentes sociais subversivos, apesar da presença forte, não conseguiram se apossar do corpo político. O surto neoliberal, que emergiu no intervalo trevoso do primeiro Fernando e se consolidou na era FHC, contribuiu para embaralhar ainda mais as cartas da política.

A inversão de mão nas relações entre o estado e a sociedade civil, antiga bandeira dos movimentos sociais, se realizou como simulacro. Onde se queria o estado controlado pelo ativismo cidadão, tivemos a farsa do Estado mínimo, que na verdade só minimizou o que nele havia de conquistas sociais. O processo de privatização transferiu o patrimônio estatal para os pontos fortes do mercado, onde ele continuará fora do alcance do controle

democrático da cidadania.

O deslocamento de forças políticas, antes identificadas com a luta por mudanças radicais nas práticas políticas, para o campo conservador alcançou seu ponto culminante com a chegada do PT ao governo central. O “pequeno insolente” virou grandalhão indolente e trocou a “mística radical” pelo intestino grosso da pequena política. A maior liderança popular produzida pelo impulso vindo de baixo, que cresceu na planície como Quixote da classe trabalhadora, serrou de cima no Planalto como o Sancho Pança da restauração oligárquica.

Quando uma época de tantas e tamanhas mudanças não logra se completar como uma mudança de época, o processo político volta a correr na bitola tradicional. O conservadorismo recompõe seu padrão de domínio pelas mágicas do envolvimento e da cooptação e a “nova cidadania” envelhece como uma realidade apenas virtual. Produziu surtos, combinou fulgurações e fugas, e, no momento atual, paira sobre os acontecimentos como um espírito desencarnado.

Em tal quadro, a política se apequena como administração e gerência do interesse puro. Um teatro de sombras, sem projetos, nitidez ou transparência, que cuida da mera reprodução da ordem dominante, onde os magnatas do mercado nadam de braçada. Controlam a mídia grande e mandam nos poderes da República. Máquinas eleitorais, acoitadas em máquinas de governo e financiadas pe-

las grandes corporações, decretam a falência do voto como instrumento de mudança.

O poder corrosivo do dinheiro é o único “valor” de livre curso entre os mantenedores da ordem dominante. Basta ver a feira interminável de escândalos que começam em obras superfaturadas e terminam nos tesouros de campanha eleitoral. O formato atual de financiamento privado de campanha, elo que articula o absolutismo do mercado com a pequena política, é o fator determinante da corrupção sistêmica e da primazia do poder econômico como soberano da política.

A cada nova eleição, a metástase se alastra. Os vitoriosos para a chefia dos executivos (presidente, governadores, prefeitos) serão sempre os que mais gastarem nas campanhas. Em segundo lugar, estarão os segundos também em gastos. Uma exceção ou outra, aqui ou acolá, confirma a regra geral. O peso do poder econômico no resultado eleitoral se tornou ostensivo e despudorado.

Nos legislativos, a mesma história. Reduziu-se o espaço dos candidatos de opinião, sejam eles de esquerda, centro ou direita. Usassem macacões como pilotos de corrida, os parlamentares ostentariam na roupa as logomarcas dos patrocinadores. Ao invés de valores ideológicos e programas partidários, o ordenamento da representação se faz pelo interesse das grandes corporações, como no ideário fascista de Mussolini.

As campanhas eleitorais no Brasil estão entre as mais caras do mundo. Além de caras, se or-

ganizam de tal forma que torna impossível a fiscalização efetiva. São pouquíssimos os países que permitem ao candidato arrecadar e gastar fundos de campanha, tarefa que deveria ser de responsabilidade exclusiva das organizações partidárias.

Um seleto grupo de magnatas do poder econômico monopoliza o financiamento de campanha eleitoral no Brasil. Os grandes banqueiros, as empreiteiras gigantescas, os estofadinhos do agronegócio, os mega-exportadores, os novos barões da privatização tucana e das fusões lulistas, além, é claro, da miríade de fornecedores diretos de bens e serviços para o setor público. A conta do financiamento privado é paga em dobro pelo que vaza ou deixa de entrar nos cofres públicos: obras superfaturadas, licenças ambientais criminosas, subsídios suspeitos, sonegação e elisão fiscal, vista grossa para armações cavilosas.

O financiamento privado é a espoleta que aciona a mercantilização geral do processo: a corrosão da representação, a desmoralização das instituições republicanas e a gangsterização da política. Hoje, no Brasil, governar é intermediar negócios. A soberania popular foi substituída no artigo primeiro da Constituição. Agora, “todo poder emana dos financiadores de campanha e em seu nome está sendo exercido”. A prevalência de tal situação, ancorada nos percalços da história recente, explica o refluxo do ativismo cidadão. Só um novo choque da cidadania reencarnada poderá nos livrar do fascismo de mercado.

* Léo Lince é sociólogo.

A engenharia da cooptação e os sindicatos

■ Ricardo Antunes*

O Jornal dos Economistas nos interroga acerca das formas de cooptação do movimento sindical brasileiro hoje. Sua questão maior é: por que vem ocorrendo uma relativa desmobilização da sociedade brasileira e, em particular, dos organismos de representação da classe trabalhadora?

I- A década de ouro

As respostas são complexas e nos remetem aos ciclos das lutas: poderíamos começar lembrando que, ao longo dos anos 1980, o Brasil esteve à frente das lutas sociais e sindicais, mesmo quando comparado com outros países avançados. A criação do PT em 1980, da CUT em 1983, do MST em 1984, a luta pelas eleições diretas em 1985, a eclosão de quatro greves gerais, a campanha da Constituinte, a promulgação da Constituição em 1988 e finalmente as eleições de 1889 são exemplos vivos da força das lutas daquela década. Houve avanços significativos na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado, quer através do combate ao Imposto Sindical, à estrutura confederacional, cupulista, hierarquizada e atrelada, instrumentos que se constituíam em alavancas utilizadas pelo Estado para controlar os sindicatos. Aquela década conformou também um quadro nitidamente favorável para o chamado novo sindicalismo, que caminhava em

direção contrária à crise sindical presente em vários países capitalistas avançados.

Entretanto, no final daquela década já começavam a despontar as tendências econômicas, políticas e ideológicas que foram responsáveis pela inserção do sindicalismo brasileiro na onda regressiva, resultado tanto da reestruturação produtiva do capital em curso em escala global, como da emergência da pragmática neoliberal, que passaram a exigir mudanças significativas.

A partir de 1990, com a ascensão de Collor e depois com FHC, o receituário neoliberal deslanchou. Nosso parque produtivo estatal foi enormemente alterado pela política privatizante, afetando diretamente a siderurgia, telecomunicações, energia elétrica, setor bancário, dentre outros, o que alterou o tripé que sustentava a economia brasileira (capital nacional, estrangeiro e estatal), redesenhando e internacionalizando ainda mais o capitalismo no Brasil. O setor produtivo estatal era fagocitado ainda mais pelo capital monopolista estrangeiro.

Com um processo tão intenso, a simbiose nefasta entre neoliberalismo e reestruturação produtiva teve repercussões muito profundas na classe trabalhadora e em particular no movimento sindical. Flexibilização, desregulamentação, terceirização, novas formas de gestão da força de trabalho, etc. tornaram-se pragas presentes em todas as partes. No apogeu da era da financeirização, do avanço tecno-científico-in-



Antoninho Perri

formacional, do mundo digital onde tempo e espaço se convulsionam, o Brasil vivenciou mudanças fortes no mundo do trabalho, alterando sua morfologia, na qual a informalidade, a precarização e o desemprego ampliavam-se intensamente.

Esta nova realidade arrefeceu o novo sindicalismo, que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um sindicalismo neoliberal, sintonizado com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical é o melhor exemplo. E, de outro, diante da inflexão que vinha ocorrendo no interior da CUT, que cada vez mais se aproximava do sindicalismo social-democrata. A política de “convênios”, “apoios financeiros”, “parcerias” com a social democracia sindical, especialmente europeia, levada a cabo por décadas, acabou contaminando o sindicalismo de classe no Brasil que, pouco a pouco, se “social-democratizava”, num contexto, vale lembrar, onde a social democracia se aproximava do neoliberalismo.

II- O sucesso do social-liberalismo e o advento do sindicalismo negocial de Estado

Foi neste contexto que Lula sagrou-se vitorioso nas eleições presidenciais em 2002, depois de um período de enorme desertificação social, política e econômica do Brasil, vitória que ocorreu em um contexto internacional e nacional bastante diferente dos anos 1980. A vitória da “esquerda” no Brasil ocorria quando ela estava mais fragilizada, menos respaldada nos polos centrais que lhe davam capilaridade, como a classe operária industrial, os assalariados médios e os trabalhadores rurais.

Se pudéssemos lembrar Gramsci, diríamos que o transformismo já havia convertido o PT num “partido da ordem”. Quando Lula venceu as eleições, em 2002, ao contrário da potência criadora das lutas sociais dos anos 1980, o cenário era de completa mutação. Ela foi, por isso, uma vitória política tardia. Nem o PT, nem o país eram mais os mesmos. Como já pude dizer anteriormente, o Brasil estava desertificado e o PT havia se desvertebrado.

Quais são as explicações para esse transformismo? Aqui podemos tão somente indicá-las: 1) a proliferação do neoliberalismo na América Latina; 2) o desmoronamento do “socialismo real” e a prevalência equivocada da tese que propugnava a vitória do capitalismo; 3) a social-democratização de

parcela substancial da esquerda e sua aproximação à agenda social-liberal, eufemismo usado para “esconder” sua real face neoliberal.

E o PT, partido que se originou no seio das lutas sociais e sindicais, aumentava sua sujeição aos calendários eleitorais, atuando cada vez mais como partido eleitoral e parlamentar, até tornar-se um partido policlassista. Lula passou a cobiçar a confiança das principais frações das classes dominantes, incluindo a burguesia financeira, o setor industrial e o agronegócio. Um exemplo é bastante esclarecedor: quando ao final do governo FHC, em 2002, houve um acordo de “intenções” com o FMI, este organismo exigiu que os candidatos à presidência manifestassem sua concordância com os termos do referido acordo. O PT de Lula publicou, então, um documento, denominado “Carta aos Brasileiros”, onde evidenciava sua política de subordinação ao FMI e aos setores financeiros internacionais e nacionais.

O resultado de seu governo é conhecido: sua política econômica ampliou e preservou a hegemonia dos capitais financeiros; preservou a estrutura fundiária concentrada; deu incentivo aos fundos privados de pensão; e determinou a cobrança de impostos aos trabalhadores aposentados, o que significou uma ruptura com parcelas importantes do sindicalismo dos trabalhadores, especialmente públicos, que passaram a fazer forte oposição ao governo Lula.

A sua alteração mais significativa, no segundo mandato, foi uma resposta à crise política aberta com o mensalão, em 2005. Era necessário que o novo governo ampliasse sua base de sustentação, desgastada

junto a amplos setores da classe trabalhadora organizada. Foi então que ocorreu uma alteração política importante: o governo ampliou o programa Bolsa-Família, uma política social de perfil claramente assistencialista, ainda que de grande amplitude, que atinge mais de 12 milhões de famílias pobres com renda salarial baixa e que por isso recebiam um complemento salarial. E foi esta política social – assumida como exemplo pelo Banco Mundial – que ampliou significativamente a base social de apoio à Lula, em seu segundo mandato. Ela atingia os setores mais pauperizados e desorganizados da população brasileira, que normalmente dependem das políticas do Estado para sobreviver.

E em comparação ao governo de FHC, a política de aumento do salário mínimo, ainda que responsável por um salário vergonhoso e inconcebível para uma economia do porte da brasileira, significou efetivos ganhos reais em relação ao governo tucano. E, desse modo, o governo Lula “equacionou” as duas pontas da tragédia social no Brasil: remunerou exemplarmente o grande capital financeiro, industrial e o agronegócio e, no outro polo da pirâmide social, implementou a Bolsa-Família assistencialista e concedeu uma pequena valorização do salário mínimo, sem confrontar, é imperioso dizer, nenhum dos pilares estruturantes da tragédia brasileira.

Quando a crise mundial atingiu duramente os países capitalistas do Norte, em 2007/08, o governo tomou medidas claras no sentido de incentivar a retomada do crescimento econômico, reduzindo os impostos do setor automobilístico, eletrodoméstico e construção civil, todos incorporadores de

força de trabalho, expandindo fortemente o mercado interno brasileiro e compensando, desse modo, a retração do mercado externo em suas compras de commodities. O mito redivivo do novo “pai dos pobres” ganhava força.

Mas havia, ainda, outro elemento central na engenharia da cooptação do governo Lula/Dilma: o controle de setores importantes da cúpula sindical, que passava a receber diretamente verbas estatais e desse modo garantia o apoio das principais centrais sindicais ao governo¹. Pouco antes de terminar seu governo, Lula tomou uma decisão que ampliou ainda mais o controle estatal sobre os sindicatos, ao permitir que as centrais sindicais também passassem a gozar das vantagens do nefasto Imposto Sindical², criado na ditadura Vargas, ao final dos anos 1930. E, além do referido imposto, elas passaram a receber outras verbas públicas, praticamente eliminando (em tese e de fato) a cotização autônoma de seus associados. Outro passo crucial para a cooptação estava selado. E, se já não bastasse, centenas de ex-sindicalistas passaram a participar, indicados pelo governo, do conselho de empresas estatais e de ex-estatais, com remunerações polpudas. Portanto, para compreender a cooptação de parcela significativa do movimento sindical brasileiro recente, é preciso compreender esse quadro, do qual aqui podemos oferecer as principais tendências.

O que nos leva a concluir que, para a retomada de um sindicalismo de classe e de esquerda, há um bom caminho a percorrer. Mas talvez seu primeiro desafio seja criar um polo sindical, social e político de base que não tenha medo de oferecer ao país um programa de mudan-

ças profundas, capazes de iniciar a desmontagem das causas estruturantes da miséria brasileira e de seus mecanismos de preservação da dominação. E um passo imprescindível neste processo é, desde logo, romper a política de servidão voluntária que empurrou os sindicatos em direção ao Estado.

* Ricardo Antunes é professor titular de Sociologia do Trabalho no IFCH/UNICAMP e autor de, entre outros livros, *O Continente do Labor* (Boitempo) que acaba de ser publicado. Coordena as Coleções *Mundo do Trabalho* (Boitempo) e *Trabalho e Emancipação* (Ed. Expressão Popular). Colabora regularmente em revistas estrangeiras e nacionais.

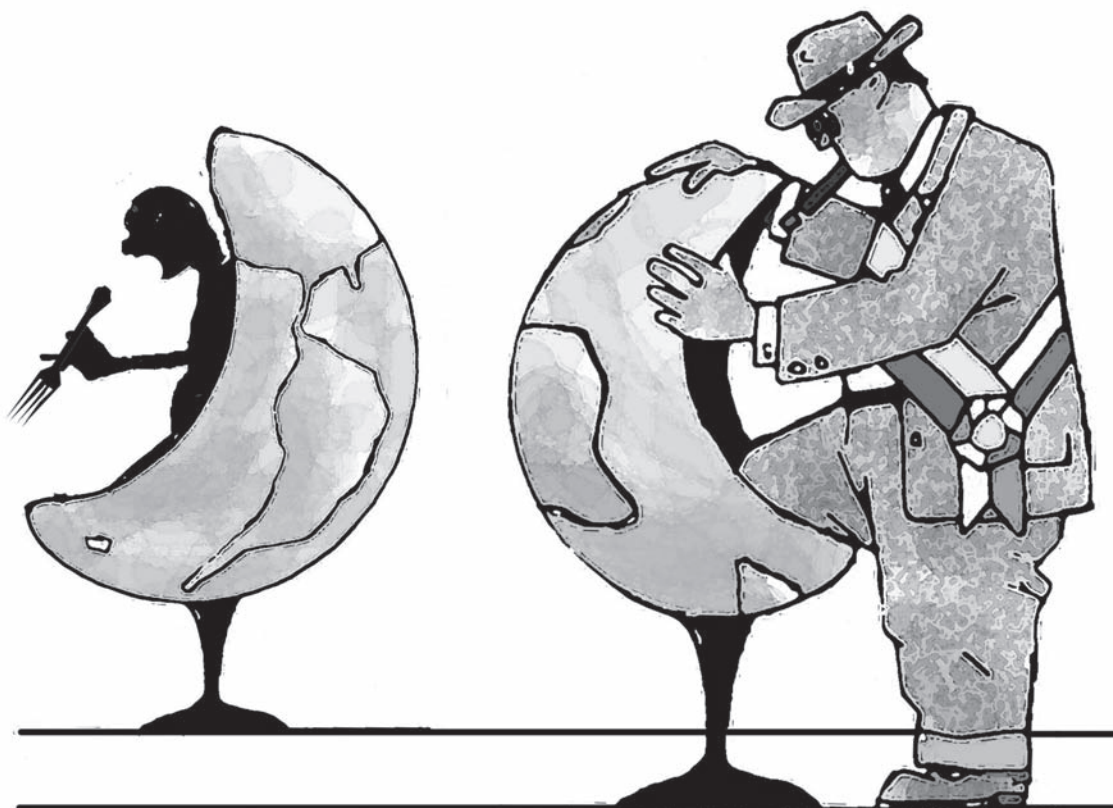
1 O campo sindical do governo é amplo: na centro-esquerda, além da CUT, temos a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), formada pela Corrente Sindical Classista, que se desfilhou da CUT em 2007 para criar sua própria central. Na centro-direita, temos a Força Sindical, já mencionada, que combinava elementos do neoliberalismo com o velho sindicalismo que se “modernizou”, além de várias pequenas centrais como a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), UGT (União Geral dos Trabalhadores), Nova Central, todas dotadas de pequeno nível de representação sindical e de algum modo herdeiras do velho sindicalismo dependente do Estado. No campo da esquerda sindical anticapitalista, em clara oposição aos governos Lula/Dilma, são importantes a CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas) e o movimento INTERSINDICAL. A primeira se propõe a organizar não só os sindicatos, mas também os movimentos sociais extra-sindicais (incluindo movimentos sociais) e a segunda (ainda que hoje se encontra dividida) é também oriunda de setores de esquerda que romperam com a CUT, tendo um perfil mais acentuadamente sindical e voltado para a reorganização do sindicalismo pela base, contra a proposta de criação de uma nova Central.

2 Em 2010 foram R\$ 84,3 milhões para as centrais: segundo o Ministério do Trabalho, as duas maiores centrais, CUT e Força Sindical, receberam R\$ 27,3 milhões e R\$ 23,6 milhões, respectivamente - valores que representam 80% do orçamento da Força e 60%, da CUT. Em seguida, os maiores beneficiados foram a União Geral dos Trabalhadores (UGT), com R\$ 14 milhões; Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), que embolsou R\$ 9,9 milhões; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), R\$ 5,3 milhões; e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), R\$ 3,9 milhões.

■ Carlos Lessa*

Desde o Iluminismo, no plano das ideias, e a partir da Revolução Francesa, no plano da história, o liberalismo político começou a ser implantado. Com o risco de toda e qualquer simplificação, é possível afirmar que essa doutrina consagra a ideia de nação como o composto de povo e território nacional. O território é tornado homogêneo pelo império das leis e instituições pactuadas pelo povo nacional, cujo capítulo máximo é a carta constitucional. O Estado nacional é o detentor da soberania e o governo é escolhido pela regra política democrática. Na democracia, prevalece a vontade da maioria, cujo limite é a não-intimidação, sem erosão das minorias. O capítulo essencial da igualdade ante as leis supõe o cidadão como ser portador de direitos e obrigações. A controvérsia é considerada legítima e o mercado político é operado informalmente pela cidadania e, institucionalmente, segundo regras claras, pelos representantes escolhidos pelo voto. Embora a democracia direta possa ser exercida por modalidade plebiscitária, a dificuldade de consulta impõe a representação ao legislador e a delegação de poder de decisão aos governantes. O setor público terá que existir para, no mínimo, o cumprimento das tarefas inerentes à preservação do território, à reposição do povo e ao pleno exercício dos direitos civis. A nação impõe a defesa territorial e a soberania do Estado nacional e exige como precondição a preservação e o aperfeiçoamento da cultura - cujo nível mínimo é o instrumento do idioma - a

Economia Política?



vitalidade da memória, a preservação das relíquias e o espaço dos sonhos e utopias.

O formato da Revolução Francesa inspirou movimentos de transformação política por ondas sucessivas no velho continente. No Novo Mundo, a construção dos Estados Unidos da América acompanhou de perto o liberalismo político e, em algumas dimensões, foi vanguarda. Na América ibero-americana, a retórica do modelo liberal político foi adotada, se bem que as características estruturais, muitas vezes, a reduziram a um ritual modernizante superficial. Na América portuguesa, houve a combinação extravagante de uma transposição monárquica com a preservação do estatuto escravagista. Pelo resto do mundo, aqui e acolá acon-

teceram ensaios liberais quase sempre embrionários.

No século XX, após duas guerras mundiais, a descolonização produziu uma grande safra de novos Estados nacionais, alguns dos quais avançaram na direção às franquias liberais em sua organização. A bipolaridade assumindo, de um lado, a doutrina da ditadura do proletariado circunscrita ao país e, de outro, o apoio sistêmico às ditaduras conservadoras na periferia do mundo representou uma barreira à generalização do liberalismo político. O livre exercício da cidadania, a alternância de partidos políticos e a preservação íntegra dos direitos civis ainda estão na linha do horizonte de um grande número de nações, onde a Revolução Francesa não integrou a estru-

tura do núcleo básico da vida sociopolítica. As variantes e as vicissitudes da construção democrática respondem ao tempo histórico da sociedade nacional e ao cenário geopolítico dominante. Apesar de muitos falarem de uma democracia formal e alguns a denominarem hipócrita, qualquer retrocesso em direitos civis já conquistados demonstra a conveniência da democracia, apesar de defeitos e limitações.

Quanto ao liberalismo econômico, a matriz histórica é diferente. Como discurso, é formalizado pela Economia Política inglesa que, a partir de seus fundadores, procurou demonstrar a essência do processo de industrialização, os fundamentos do valor e da produção da mercadoria, e os méritos da divisão internacio-

nal do trabalho.

A Primeira Revolução Industrial tem seu epicentro na Inglaterra, que já dispunha da hegemonia comercial nos locais alcançados por seu sistema de navegação, sob a garantia de sua supremacia militar naval. A ideia básica de que o jogo econômico seria realizado num sistema de mercado – onde a liberdade de entrar e sair, comprar e vender permitiria organizar, da melhor forma possível, a produção e a repartição dos bens pelos indivíduos – é transposta, por Ricardo, para o comércio internacional. A “globalização” sem entraves permitiria a melhor vida a cada uma e ao conjunto das nações interligadas pelo comércio internacional em um sistema de mercados mundiais. Em última instância, a Inglaterra se moveu para especializar-se em produções industriais e trocá-las, em nível mundial, por matérias-primas e alimentos.

No século XIX, as nações “candidatas” à industrialização questionaram a validade da “globalização” ricardiana. Os EUA defenderam e praticaram a proteção aduaneira e as finanças industrializantes; a Alemanha, além de sua unificação política, postulou a visão teórica de economia nacional; a França invocou a variante historicista; a Rússia czarista formulou um projeto modernizante; o Japão fez uma revolução econômica, preservando um regime político tradicional. O denominador comum dessas industrializações posteriores à inglesa, ainda no âmbito tecnológico da I Revolução Industrial, foi repudiar o livre câmbio e livre comércio e lançar mão de variados expedientes institucionais e de instrumental político-econômico operado por

cada respectivo Estado nacional. Sempre houve, nesses casos, um projeto nacional que organizava atores sociais e baseava decisões governamentais. O setor público assumiu formato, tamanho e intervenções que colidiam direta e indiretamente com os princípios da economia política clássica inglesa. Todos buscaram sua presença no mundo industrializado, sem a adoção dos princípios e limites do liberalismo econômico. Ao obterem êxito, já industrializados, buscaram criar suas esferas de influência e adotaram, então, a ideologia do liberalismo econômico. Chutaram a escada pragmática com que se industrializaram, refutaram ou esqueceram os andaimes ideológicos em que apoiaram seus esforços de potencialização e empedramento industrial, e adotaram o livre cambismo, passando a condenar infrações às regras do livre câmbio e do livre comércio.

O discurso teórico da economia deixou de lado o esforço da economia política clássica que, ao perseguir o entendimento das leis sociais da produção e repartição da riqueza, necessariamente era impregnada de história. Foi formulada uma análise econômica que, a partir da escassez, procurava construir uma teoria de escolhas racionais. O mercado foi sacralizado como o núcleo deste entendimento e, a partir do exercício da abstração, cancelou-se a historicidade, e a análise econômica passou a desconhecer espaço e tempo no esforço teórico.

Na periferia do mundo, surgiu o sonho industrializante. Em alguns casos, avançou teoricamente com os conceitos de indústria nascente e sistema industrial, elaborados e utilizados por Manóiesco, na



Romênia, em 1929. Das entranhas das economias industrializadas, em fins do século XIX, começa a se perfilar a Segunda Revolução Industrial. A Primeira Guerra Mundial afirma o início da hegemonia norte-americana até a Grande Depressão, de 1929. Somente após a Segunda Guerra Mundial haverá o retorno do epicentro norte-americano, ao mesmo tempo em que o cenário geopolítico é balizado pela chamada Guerra Fria.

A Grande Depressão evidencia, dramaticamente, a fragilidade da economia mundial organizada segundo preceitos liberais. Os poucos exemplos nacionais bem-sucedidos em recuperação da crise antes da Segunda Guerra Mundial foram casos de infração macroeconômica dos fundamentos da análise econômica liberal: a Alemanha de Hitler, com mais canhões e mais manteiga; a Suécia, com mais habitação, políticas sociais e mais manteiga; e o Brasil, com a queima de excedentes de café e a defesa da renda nacional; são exemplos de intervenção do Estado.

Após a Segunda Guerra Mundial, multiplicaram-se exemplos de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico, variando

em dimensões setoriais, sub-regionais e sociais. Pelas fendas da bipolaridade, foram possíveis múltiplas variantes do nacional-desenvolvimentismo, poucas exitosas, entre as quais o Brasil, que de um vasto cafezal, nos anos 30, se converteu, meio século depois, na oitava economia industrial.

A vitória americana na Guerra Fria gerou um movimento ideológico econômico liberal e uma “reciclagem” do paradigma de Ricardo: o neoliberalismo e a retórica da “globalização” substituem a preocupação com as relações centro-periferia e com a diminuição do atraso do Terceiro Mundo. A hegemonia norte-americana – o dólar como porta-aviões da riqueza mundial –, a difusão de sua cultura e a esmagadora presença militar dão aos EUA o papel de “xerife” mundial. As regras do jogo econômico e o comportamento geopolítico têm sido fiscalizados e superimpostos ideologicamente pelo “xerife”.

Porém, o mercado não cancela a história. A crise mundial, iniciada em 2008, está longe de ser superada. No cenário geopolítico, desponta o fenômeno da China, que adota, pragmaticamente, princípios de economia de mercado e realiza uma política econômica fortemente interventora, apoiada em um projeto nacional de se tornar potência. Com a crise, o castelo de cartas da acumulação financeira globalizada, sob o comando de um sistema bancário liberado e descontrolado, tornado instável, ameaça o mundo “globalizado”. Mais uma vez se demonstra, dramaticamente, que o mercado não conduz ao paraíso.

* Carlos Lessa é economista, ex-presidente do BNDES e ex-reitor da UFRJ

“As Igrejas carismáticas, seja católicas, seja evangélicas, não se colocam em relação à questão social. Elas são profundamente alienadas e, pior, alienantes, pois distraem os fiéis de sua própria realidade sofrida ou lhes dão uma versão espiritualista.”

O teólogo, escritor, professor universitário e ex-padre da Ordem Franciscana Leonardo Boff é o expoente maior da Teologia da Libertação no Brasil. Após concluir doutorado na Universidade de Munique em 1970, retornou ao Brasil, onde lecionou Teologia e foi o editor de revistas católicas. Em 1985, foi condenado a um ano de “silêncio obsequioso”, perdendo sua cátedra e suas funções editoriais, pela Congregação para a Doutrina da Fé – então sob a direção de Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI – pelos questionamentos expressos no seu livro *Igreja, Carisma e Poder*. Recuperou algumas funções em 1986, mas sempre sob severa vigilância, e em 1992, ante nova ameaça de punição, pediu dispensa do sacerdócio e uniu-se à educadora popular Márcia Monteiro da Silva Miranda, divorciada e mãe de seis filhos.

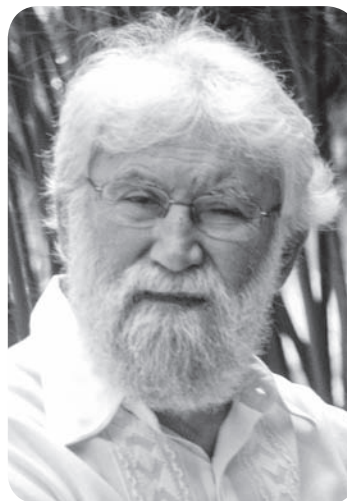
Boff é atualmente professor emérito da Uerj, mora com Márcia em Petrópolis e viaja o Brasil dando palestras sobre os temas abordados em seus mais de 60 livros. Além das causas sociais, dedica-se atualmente também à questão ambiental.

P: Em que sentido a ascensão da doutrina carismática nos últimos anos, e sua atual hegemonia no seio da Igreja Católica, e a multiplicação das igrejas neopentecostais colaboraram para o crescimento da

alienação e do distanciamento do povo da percepção da via política como caminho para modificar a realidade objetiva?

R: Na verdade, as Igrejas carismáticas, seja católicas, seja evangélicas, não se colocam em relação à questão social. A maioria delas é fundamentalista ou possui uma tendência forte ao fundamentalismo. Isso tem como consequência que a única realidade e verdade que para elas conta é a realidade/verdade religiosa. As demais questões não possuem relevância, pois pertencem ao mundo do profano, do reino deste mundo, que nada tem a ver com o reino de Deus. Elas são profundamente alienadas e, pior, alienantes, pois distraem os fiéis de sua própria realidade sofrida ou lhes dão uma versão espiritualista. Dizem: são pobres porque não se abrem a Deus e não pagam o dízimo. Quando se enquadraram na mensagem religiosa, prosperam. Daí a centralidade é dada ao evangelho da prosperidade material para este mundo. Estas igrejas despolitizam os fiéis no sentido de não incluírem em sua agenda as questões da justiça social, da pobreza, produzida por processos de exploração. E quando há eleições não discutem os projetos políticos, apenas as questões morais ligadas ao aborto, aos homossexuais, ao casamento entre homoafetivos.

P: Por que os grandes eventos religiosos atraem multidões e as manifestações políticas não?



R: **Há uma sede espiritual grande em todas as sociedades mundiais. Isso se deriva do excesso de racionalismo, de consumismo e da plethora de bens materiais. O ser humano sente necessidade de algo que lhe dê um sentido mais rico à existência. As religiões sempre foram nichos criadores de sentido e de um sentido absoluto, identificado com Deus. Todo discurso que atende a esta demanda tem ouvintes. A política não possui esse condão, especialmente a nossa, que é muito rasteira, urdida de interesses corporativos e marcada por conchavos e altos níveis de corrupção.** Há um cansaço com a política, porque ela não muda substancialmente as relações sociais. Ela não apresenta boas

bandeiras nem suscita sonhos e utopias, realidades que sempre mobilizam os espíritos.

P: Marx, afinal, tinha razão? A religião é o ópio do povo?

R: Marx fez uma descrição correta da função social da religião (não considerou outras funções) ao afirmar que “a religião é o suspiro da criatura oprimida, o sentimento de um mundo sem coração, a alma de condições desalmadas... a religião é o ópio do povo”. Coisa semelhante encontramos nos profetas, especialmente em Isaías e em Oséias. A religião comparece como o único refúgio de sentido que resta ao oprimido: transferir este sentido para o outro mundo, porque este é um inferno. Quando Marx diz que a religião é ópio *do povo*, afirma-o no sentido positivo: é um lenitivo que faz diminuir o sofrimento e suportável a exploração. Lênin modificará a versão e dirá que a religião é ópio *para o povo*. Aqui há um uso político da religião para abafar o espírito de resistência e de revolução. Mas em outras passagens mais tarde, Marx vai entender que a religião pode ser libertária e revolucionária, ao afirmar que Deus não quer a exploração, quer a vida e a justiça. Esta dimensão foi aprofundada por Antonio Gramsci e pelos teólogos da libertação, que tentaram fazer do capital libertário do cristianismo um fator de mobilização social e não mais de resignação.

P: Como explicar o “milagre da multiplicação” das igrejas neopentecostais, em pouco mais de 20 anos, em um país de forte tradição católica como o Brasil? Foi um movimento espontâneo ou induzido “de fora para dentro”?

R: Ele é as duas coisas: veio de fora, especialmente dos EUA, até com apoio da CIA no final dos anos 60, particularmente, nas regiões mais sensíveis em termos de movimentos revolucionários, que eram a América Central mas também o Brasil. Elas assumiram a linguagem da libertação das Igrejas da libertação concreta, histórica, e a esvaziaram num sentido espiritualista como libertação do pecado, libertação que somente Deus pode trazer. E há uma justificação interna. **Institucionalmente a Igreja Católica é um fracasso. Pelo número de fiéis deveria ter 120 mil padres. E possui apenas 17 mil, oito mil dos quais são estrangeiros. Portanto, é uma Igreja sem sustentabilidade interna.**

Vive da inércia que vem do pacto colonial onde Igreja e Estado constituíram um único projeto. Então há um vazio enorme e os fiéis não são atendidos em suas demandas religiosas. Como o povo brasileiro é religioso, qualquer grupo que chega com uma mensagem religiosa facilmente é acolhido, pois não possui uma visão doutrinária do cristianismo.

Deus é o mesmo em todas as Igrejas e Cristo está em todas. Mas eu não vejo a proliferação das Igrejas evangélicas como

uma catástrofe. Elas expressam a diversidade cristã, quer dizer, o fato de que a mensagem de Jesus não pode ser monopólio de apenas uma Igreja. É um legado deixado à humanidade, sensível ao mundo espiritual, e pode exprimir-se de muitas formas diferentes. Tal fato é inevitável e fundamentalmente sadio. O problema é que existe uma concorrência no mercado das igrejas e religiões: umas querendo ser melhores ou ter mais fiéis que as outras. Se houvesse mútuo reconhecimento, o que seria ideal, teríamos harmonia religiosa e ausência de conflitos confessionais e uma rica criação de símbolos religiosos.

P: Como anda a Teologia da Libertação no Brasil e no mundo? Ainda conta com muitos adeptos? Qual o futuro desta corrente teológica?

R: A Teologia da Libertação nasceu ouvindo o grito do oprimido: o operá-

rio, o indígena, o negro, a mulher, os discriminados socialmente. A marca registrada desta teologia é a opção pelos pobres contra sua pobreza e em favor da justiça e da vida. **Ultimamente os teólogos da libertação se deram conta de que o planeta Terra é tão ou mais explorado que as classes e os países periféricos. Ela tem que ser incluído na opção pelos pobres, como o Grande Pobre que deve ser libertado, baixado da cruz e ressuscitado. Daí nasceu uma vigorosa ecoteologia da libertação que eu, já nos anos 80, com a incompreensão de alguns teólogos, vinha sustentando. Hoje esta teologia está em todos os continentes e muito viva.**

Não possui a visibilidade que possuía antes por não ser mais polêmica. Mas está presente, como se pode ver na semana que antecede os Fóruns Sociais Mundiais. Sempre há o Fórum Mundial da Teologia da Libertação, de caráter ecumênico. E nunca há menos de 3 a 4 mil participantes vindos de todos os continentes. Talvez seja a única teologia hoje que tem uma palavra a dizer, a partir da fé, sobre as questões mundiais da crise econômica, ambiental e do processo profundamente desigual e perverso de globalização.

P: O Papa é, em algumas ocasiões, recebido nas ruas com gritos de “pedófilo” e “nazista”. É possível reverter o viés negativo em que a Igreja Católica se encontra? Qual é o papel da Igreja neste milênio?

R: A Igreja vive um de seus piores momentos em toda a sua longa história porque foi atacada naquilo que era o seu grande capital: a moralidade, os valores espirituais, o respeito à pessoa humana. A questão dos pedófilos desmascarou a pretensão da Igreja de ser melhor que outras instituições. Ela está submetida aos avatares da história. Pode fazer o bem melhor como pode fazer o mal pior. **Este Papa não teve hombridade de assumir o erro de bispos e padres pedófilos. Tentou tergiversar como campanha da imprensa laica e laicista contra a Igreja ou tentou esconder o fato. E o tentou de uma forma criminosa, pois enviou uma carta aos bispos, sob pena de sigilo pontifício, de não denunciarem os pedófilos à justiça civil. Com isso se fez cúmplice de um crime.** Depois teve que assumir o fato e de certa forma se redimiu. Mas não mudou nada no problema de fundo: a formação afetiva daqueles que querem ser padres. Não basta impor o celibato como lei. Importa integrar a sexualidade com uma dimensão do humano de forma que possa viver a opção do celibato de forma humanizadora, sem recalques e sem obsessão. A pedofilia denuncia uma educação sexual distorcida e uma afetividade não trabalhada pedagogicamente.



Equívocos da proposta de revogação das concessões de hidrelétricas estatais

■ Luiz Pinguelli Rosa*

Está em debate a renovação das concessões de hidrelétricas antigas das empresas estatais, com base em uma interpretação polêmica de um dispositivo legal ou constitucional. Grupos privados poderão arrematar usinas amortizadas a bom preço, se elas forem leiloadas como eles advogam em proveito próprio, inclusive grandes consumido-

res de energia. Estes podem comprar diretamente energia elétrica fora das distribuidoras a baixos preços por contratos bilaterais que não são públicos. Enquanto isso, os consumidores cativos, residenciais, instituições ou empresas não arroladas como grandes consumidores são atendidos pelas distribuidoras, pagando tarifas muito altas, maiores do que em muitos países desenvolvidos de renda per capita elevada. Segundo dados de 2007, nossa tarifa residencial média supera as da Áustria, Japão, Espanha, França, Suíça, Noruega, Esta-

dos Unidos e Canadá, bem como as de países emergentes – Coreia, China e África do Sul.

As tarifas subiram em geral acima da inflação após a privatização de grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica na década de 1990. Convertida em dólares, a tarifa residencial média no Brasil era de US\$59 em 1991 e atingiu US\$104 em 1998, caiu em dólares em 1999 com a valorização do real, mas voltou a subir, che-

gando a US\$150 em 2007. Logo, o caminho da privatização não conduziu à modicidade tarifária prometida. Por que a tarifa iria baixar agora se hidrelétricas estatais forem leiloadas e compradas por grandes grupos privados? Essa promessa não parece ser verossímil.

Incluo-me há muito tempo entre os defensores de atribuir um menor preço à energia gerada por usinas cujos investimentos foram amortizados com o pagamento das tarifas pelos consumidores ao longo de muitos anos, consistente com a filosofia de serviço público. Entretanto, em primeiro lugar deve-se ter em mente dois objetivos. Um é transferir ao consumidor a vantagem de haver hidrelétricas antigas, que duram muitas décadas, ao contrário das termelétricas. O outro objetivo é ter a remuneração correta da empresa elétrica e parte dos recursos para a expansão do serviço. Expresssei esta opinião em matéria na imprensa em dezembro de 2004, alguns meses após minha saída da presidência da Eletrobrás, que exerci por cerca de um ano e meio no início do governo Lula. Escrevo aqui com base naquela experiência. Em segundo lugar, o modelo não é o de serviço público, especialmente na geração, mas o de mercado competitivo, embora regulado.

O modelo herdado do governo Fernando Henrique era orientado para a privatização,



que não propiciou os investimentos previstos pela teoria econômica de mercado dominante. A demanda cresceu mais rapidamente que a geração elétrica. Daí o racionamento decretado em 2001, quando as chuvas escassearam sem que houvesse suficiente capacidade instalada de reserva.

Algumas mudanças importantes foram introduzidas em 2004 no modelo elétrico, destacando-se o fim da privatização pela venda das empresas elétricas e a volta do planejamento energético com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), evitando o descompasso ocorrido antes, em 2001. Foram mantidos pontos do modelo anterior, como o cancela-

mento dos contratos de venda da energia gerada pelas estatais.

Seguindo uma medida provisória do governo anterior convertida em lei no início de 2003, foram revogados os contratos das geradoras estatais com as distribuidoras progressivamente. Furnas, por exemplo, continuou gerando energia com praticamente 100% da sua capacidade hidrelétrica despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Mas essa energia era remunerada de acordo com o mercado spot por apenas R\$ 18/MWh naquele tempo. Enquanto isso, termelétricas privadas que se tornaram detentoras de contratos com as distribuidoras recebiam até R\$ 150/MWh e ficavam desliga-



das, sem gerar nada. Era Furnas que gerava recebendo R\$ 18/MWh no spot, valor que chegou em certos momentos a R\$ 8/MWh. Entretanto, na tarifa do consumidor cativo estavam incluídos os R\$ 150/MWh para remunerar as termelétricas privadas que não funcionavam, além de outros custos, encargos e impostos. Poucos anos depois, quando houve necessidade dessas térmicas funcionarem, além das hidrelétricas, verificou-se que a maioria não dispunha sequer do combustível.

Embora esta denominação seja conceitualmente discutível, no jargão do modelo do setor elétrico energia velha quer dizer energia gerada por usinas hidrelétricas velhas, cujo investimento já foi amortizado. Houve o leilão de energia velha em 2004 e as geradoras federais venderam barato. As geradoras privatizadas puderam fazer contratos vendendo energia para empresas antes do leilão, o que era vedado às estatais. O Grupo Eletrobrás ficou com o mico na mão.

Outro problema é que os contratos deste leilão foram de oito anos a preço fixo. Neste período havia expectativa de subir

o preço da energia. De fato, a retomada do crescimento da economia esgotou a sobra de energia causada pelo racionamento e pelas medidas que se seguiram a ele. Comprometidas com um preço baixo por logo prazo, Furnas, CHESF e Eletronorte perderam receita potencial e reduziram sua capacidade de investir. Aí se pode vislumbrar a lógica de manter baixos os preços da energia gerada pelas estatais para permitir montar em cima deles o preço alto da geração futura. No passado as estatais perdiam dinheiro vendendo barato a energia e pararam de investir. Este foi um argumento para as privatizações.

Em 2003 o governo Lula reverteu isto. Estaremos arriscando repetir o ciclo se forem vitoriosos os defensores da revogação das concessões das hidrelétricas estatais? Ouvi da então ministra Dilma, de Minas e Energia, em reunião do Conselho, formado pelos presidentes das empresas do Grupo Eletrobrás que eu presidia, realizada na Usina de Itaipu, que no governo Lula isso jamais ocorreria. A questão tinha sido colocada em discussão pelo presidente da CHESF, Dilton da Conti. Há poucos dias ouvi resposta semelhante do ministro Edson Lobão com respeito à posição do governo Dilma sobre a revogação das concessões, em reunião com o governador Sergio Cabral de que participei sobre o tema "Rio Capital da Energia". O ministro respondia a um ponto levantado na reunião pelo presidente de Furnas Flávio Decat.

* Luiz Pinguelli Rosa é professor da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (Coppe) da UFRJ.



Cidadão Boilesen: Os civis e o regime pós-64

■ Hiran Roedel*

Poderia focar desde as características da narrativa deste documentário até sua qualidade cinematográfica. Seria uma estratégia que permitiria ao leitor um panorama, simplificado, com certeza – como é característico de qualquer tentativa de resenha –, do conjunto discursivo constante neste filme. Contudo, entendo que se assim procedesse acabaria por limitar o debate político que o próprio documentário traz à tona de forma contundente e que se constitui como central: a participação orgânica do empresariado brasileiro e estrangeiro na manutenção do regime pós-64.

Ao longo das décadas acostumamo-nos a ouvir, por parte do discurso oficial e dos intelectuais e políticos ligados ao regime instaurado pós-64, que não houve envolvimento dos EUA no golpe e que o regime se caracterizou essencialmente pelo controle dos militares. Ambos os argumentos, em especial o segundo, serviram para introjetar no imaginário social, principalmente dos segmentos médios urbanos, a exclusividade da culpa dos militares pelos horrores do regime iniciado em 1º de abril de 1964.

O empresariado e suas representações de classe se apresentaram, durante todos esses anos, como se nada tivessem a ver com os crimes praticados pelo regime. Chegavam mesmo a dar, às suas divergências pontuais em relação a alguns aspectos da política econômica, a aparên-

cia, eventualmente, de oposição. Buscavam desfocar, com isso, o caráter de classe do regime, deslocando o jogo discursivo para a possível ameaça externa, o que justificaria, para eles, alguns excessos praticados, pois o “inimigo” já se encontrava atuando em território nacional.

Ora, o documentário *Cidadão Boilesen* expõe justamente o contrário. Ou seja, a orgânica participação dos EUA e da classe empresarial não somente no golpe como também na organização e prática do terrorismo amplamente utilizado contra a oposição.

Ao assim fazer, o documentário recoloca a questão do envolvimento civil nas atrocidades cometidas e, ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de re-significação do regime.

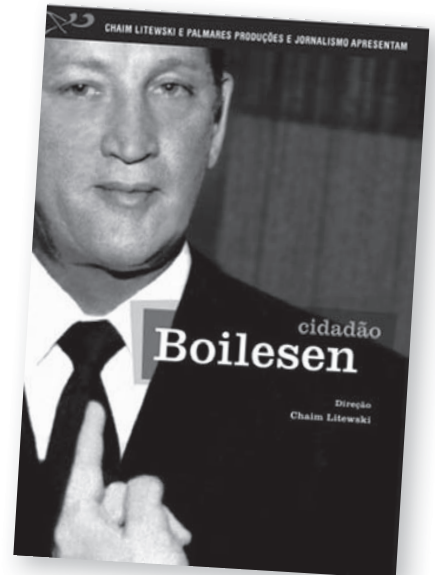
A partir de depoimentos tanto dos que sofreram perseguições, torturas e exílio, como também dos que se encontravam do outro lado, do lado obscuro, aqueles que praticaram tais atrocidades, fica evidenciado o envolvimento do empresariado nacional e das multinacionais no financiamento do regime de terror instaurado em 1964. Nesse sentido, o documentário oferece uma releitura do significado do regime, colocando-o em sua perspectiva de classe e, portanto, sintonizado com as exigências do capitalismo naquele momento.

Os militares não criaram o regime. Eles fizeram parte de um bloco de forças conservadoras, internas e externas, cujo objetivo era justamente moder-

nizar e fazer avançar as relações capitalistas de produção no país. Diante disso, o regime que se constituiu não era somente militar, mas sim (e mais adequado para conceituá-lo) um regime civil/militar.

O elemento civil é quem deu o seu conteúdo de classe, tanto ao aspecto econômico quanto ao político e ao ideológico. Os militares foram alçados ao poder principalmente por dois aspectos: 1) pelo discurso moralizante que na época encantava e encontrava eco junto aos segmentos médios urbanos; 2) pela truculência e autoritarismo necessários para a implantação do projeto de modernização conservadora.

Um projeto que objetivava atender aos interesses da classe empresarial sem alterar a estrutura fundiária e que, modernizando o sistema bancário, buscava colocar o capitalismo brasileiro em sintonia com as transformações e avanços ocorridos nas forças produtivas em nível mundial. Projeto esse que trazia em sua essência a exclusão e a exploração de amplas massas de trabalhadores. Portanto, não poderia ser aplicado a partir de um debate democrá-



tico nacional, mas somente de forma autoritária.

Entendo que a discussão sobre a qualidade do documentário não pode prescindir do seu teor militante. Colocar o tema da responsabilidade civil para com o estado de horror que durou 21 anos constitui tarefa política e diz respeito a todos aqueles que ousaram lutar em condições adversas contra o regime, bem como àqueles que foram afetados pelos seus desdobramentos deletérios, ou seja, o conjunto da sociedade brasileira.

* Hiran Roedel é historiador e 2º vice-presidente da Casa da América Latina (CAL).

Quinzenalmente às quintas-feiras, às 18h30, a Casa da América Latina, em parceria com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e com patrocínio do Sindipetro-RJ, exhibe filmes e promove debates sobre a realidade político-econômico-social e a história dos países da América Latina. O evento é gratuito e realiza-se na sede da ABI (Rua Araújo Porto Alegre, 71 – 7º andar, perto da estação de metrô Cinelândia). A programação completa dos filmes está no portal www.casadaamericalatina.org.br, no ícone Cineclube. O documentário *Cidadão Boilesen* foi apresentado em 11/08/11.

Políticas públicas para a população negra, e as conquistas?

“Eu tenho um sonho que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter.”

Martin Luther King

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano de 2011 como sendo o Ano Internacional dos Afrodescendentes, com o intuito de promover a integração e participação desse segmento social em todos os aspectos da cidadania. E, em 20 de novembro, o Brasil comemora o Dia da Consciência Negra. Tais celebrações motivaram o Fórum Popular do Orçamento e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros – COMDEDINE a promoverem o debate: “Políticas públicas para a população negra, e as conquistas?”

O debate, mediado pelo psicólogo Leandro Alberto Pinto dos Santos (COMDEDINE), contou com a participação do Dr. Eloi Ferreira de Araujo (Presidente da Fundação Palmares) e do conselheiro-economista e professor da UFRJ Marcelo Paixão, além da apresentação dos dados referentes

à execução orçamentária das ações voltadas especificamente à população negra no Município e no Estado do Rio de Janeiro pela equipe FPO-RJ.

As ações municipais

Foram selecionadas as ações orçamentárias identificadas como diretamente voltadas à população negra, tanto em seus objetivos quanto em seus produtos. Cinco ações foram localizadas em todo o período de 2002 a 2011. São elas:

1. Atividades do COMDEDINE;
2. Atividade do departamento geral de ação cultural;
3. Políticas e ações estratégicas de promoção da saúde;
4. Produção, coprodução e veiculação de produtos de mídia voltados para a educação;
5. Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Rio de Janeiro – CEPPIR/RJ.

A Tabela 1 apresenta os dados¹ da execução orçamentária (previsão e liquidação) durante o período de 2002 a 2011, inclusive.

Pode-se depreender que somente a ação “Atividades do COMDEDINE”, cujo objetivo é o de assessorar a prefeitura no desenvolvimento de ações de

combate ao racismo e de interesse da população negra, tem a sua atuação constante em todo período, pois de 2002 a 2005 foi a única ação localizada. Nestes dez exercícios não houve grandes variações na execução e a realização atingiu, em média, 22% da previsão. Em 2011 ainda não houve liquidação.

Já a ação “Atividade do departamento geral de ação cultural”, que tem como objetivos a promoção, o incentivo e o apoio às atividades culturais, teve, nos exercícios de 2006 a 2009, identificado em um dos seus produtos, a realização de cinco atividades por ano no *Centro Cultural José Bonifácio* (referência na América Latina na promoção da cultura negra). Entretanto, esse produto foi descontinuado, pois deixou de ser realizado em 2010, e apresentou constante redução no valor executado.

Na ação “Políticas e ações estratégicas de promoção da saúde” foi localizado nos exercícios 2008, 2009 e 2010 um produto condizente ao perseguido nesta pesquisa: o combate à anemia falciforme, doença mais recorrente na população afrodescendente. Já, em 2011, o produto localizado foi a realização de

cinco eventos de equidade em saúde da população negra. Cabe destacar que esta ação não é exclusiva para a população enfocada e, assim, são considerados os significativos aumentos da execução orçamentária nos anos de 2010 e de 2011.

Igualmente abrangente é a ação “Produção, coprodução e veiculação de produtos de mídia voltados para educação”, cujo objetivo é o de atender prioritariamente a rede de ensino com o desenvolvimento de projetos e produtos de mídia. Em 2009 tinha como um dos produtos a realização de um projeto de história e cultura afro-brasileira e africana. E, embora tenham sido liquidados R\$ 6,1 milhões com toda a ação, o referido projeto não foi executado.

Em 2011, foi criada a ação “CEPIR – Promovendo a igualdade racial” – com o objetivo de promover e apoiar iniciativas voltadas à educação das desigualdades raciais, bem como a promoção dos grupos étnoraciais historicamente discriminados –, que tem como meta física a mobilização de 3.800 pessoas em igualdade racial. Da dotação inicial de R\$ 10 mil reais, nada foi liquidado até setembro.

As ações estaduais

No estado foram identificados dois programas de trabalho com incidência direta: “Promoção da Igualdade Racial” e “Implementação do Fundo Especial dos Direitos Negros – FEDINE”. No entanto, é possível que existam outros programas pertinentes que não tenham a nomenclatura explícita para a igualdade racial.

Tabela 1

	Atividades do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros		Atividades do departamento geral de ação cultural		Políticas e ações estratégicas de promoção da saúde	
	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado
2002	143.228,36	28.465,24	-	-	-	-
2003	401.746,23	68.546,55	-	-	-	-
2004	69.959,37	23.317,47	-	-	-	-
2005	65.947,34	30.814,28	-	-	-	-
2006	51.718,18	4.887,37	1.693.770,53	505.677,07	-	-
2007	29.541,48	9.805,58	561.387,90	476.892,64	-	-
2008	82.634,53	10.865,26	1.807.599,61	423.817,11	404.318,94	184.265,25
2009	213.841,09	30.995,70	483.956,16	300.023,19	405.172,60	183.277,52
2010	10.714,90	1.637,24	-	-	2.442.894,29	1.134.289,80
2011*	207.783,02	-	-	-	3.245.344,74	7.007.376,27

Fonte: Prestação de Contas 2002-2010, LOA 2011 e FINCON Setembro/2011. * Valores Liquidados até setembro/2011.

Tabela 2

	Promoção da Igualdade Racial			Implementação do Fundo Especial dos Direitos Negros - FEDINE		
	Previsto (A)	Liquidado (B)	(B)/(A)	Previsto (D)	Liquidado (E)	(E)/(D)
2008	1.558.251,10	1.091.999,94	70%			
2009	4.546.936,90	1.170.635,92	26%			
2010	214.298,00	750.110,49	350%			
2011**	986.002,39	271.187,25	28%	202.715,14	10.593,89	5%

** Valores liquidados até outubro/2011.

Cabe destacar as ações inseridas nos programas: a implementação de um centro de referência de cidadania e cultura para diversidade racial; o diagnóstico de comunidades tradicionais; 12 eventos para a promoção da igualdade racial; a realização de 12 pesquisas/estudos; e a implementação do Projeto Bambu Quilombola. A Tabela 2 apresenta a evolução da execução orçamentária:

Debate

O Dr. Eloi relatou que, mesmo depois de séculos da aprovação da Lei Áurea, a população negra vem sofrendo com a falta de políticas afirmativas que promovam a sua inserção plena na sociedade.

Nessa perspectiva foi criada, em 1998, a Fundação Palmares, para preservar e valorizar a cultura afrodescendente, combater o racismo e promover políticas públicas que insiram a população negra nos processos de desenvolvimento do País.

Um dos efeitos da preservação cultural se percebe pela existência de várias comunidades quilombolas.

Outra conquista considerada pelo Dr. Eloi foi a criação do Estatuto da Igualdade Racial

(2010), pois visa à participação da população negra em condições de igualdade de oportunidade na vida econômica, social, política e cultural (Art. 4º). Destacou ainda que os próximos orçamentos da União serão obrigados a contemplar os objetivos estatutários (Art. 56), que inclui financiamentos a pesquisas e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

O professor Marcelo Paixão enalteceu a importância de um orçamento público capaz de evidenciar as políticas públicas para os grupos segregados do desenvolvimento (o Art. 56, § 1º do Estatuto determina esse detalhamento), uma vez que a maioria das ações governamentais é de alcance universal.

Em sua visão, o Brasil se construiu sobre uma base elitista traduzida na menor inserção de recursos públicos em áreas e segmentos sociais com maiores índices de população negra. Para exemplificar esta situação, ele destacou que a taxa de analfabetismo da população negra é mais do que o dobro da população branca, apenas 7% dos afrodescendentes entre 18 e 24 anos estão na universidade e 40% das mulheres negras nunca fizeram uma mamografia.

A expressão desses dados demonstra, segundo Paixão, a problemática conceitual quanto ao uso da palavra transversalidade. Para que uma política seja efetivamente transversal, os órgãos de governo deveriam incorporar dentro de suas perspectivas a dimensão que os grupos historicamente discriminados representam. Porém, muitas vezes esses grupos são vistos como espécies de “guetos” dentro do orçamento. E, habitualmente, os recursos são usados para “os dias de festa”, como denominado pelo professor, fazendo alusão aos festejos de datas comemorativas, mas que não representam políticas públicas que melhorem a qualidade de vida dessas pessoas.

Outra barreira na esfera pública se encontra na execução orçamentária, pois muitas vezes, há uma baixa taxa de liquidação. No orçamento da União, por exemplo, foram autorizados R\$ 194 milhões em políticas voltadas à população negra, mas apenas R\$ 56 milhões foram realizados, demonstrando uma taxa de liquidação de apenas 29%. Cabe destacar que a maior parte não executada está relacionada ao Programa Brasil Quilombola, especialmente à rubrica alocada junto ao INCRA – regularização de terra.

Diante dessas constatações, Paixão conclui que a luta pela superação da discriminação racial é intrínseca à luta contra a desigualdade social.

Considerações finais

Os dados orçamentários das ações municipais e estaduais aplicados na promoção nas ações afirmativas apresentaram uma evolução irregular e de baixo volume, muito aquém do exigido para a desejada mudança da condição social da população afrodescendente. Já o debate convergiu para a busca de ações estratégicas efetivas na integração social da população negra.

Em tom de reivindicação, o Dr. Eloi chegou a sugerir a necessidade da inserção de afrodescendentes nos altos cargos da administração pública para reivindicar seus interesses.

Já as palavras do professor Paixão enfatizaram a existência de um racismo institucional, e que ainda não é possível avaliar e acompanhar, via orçamento público, as reais políticas públicas para a superação da desigualdade racial.

Para tentar reverter essa situação, além de se exigir o cumprimento do dispositivo estatutário, foi firmado um acordo para troca de informações e saberes entre o Fórum Popular do Orçamento, o COMDEDINE e o Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER), com o intuito de potencializar a discussão e a mobilização em prol da luta contra o preconceito racial e as desigualdades sociais.

1 Todos os valores monetários deste artigo foram corrigidos pelo índice IPCA de agosto/2011.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores.

Nesta edição colaboraram: Econ. Thiago Marques, assessor do Deputado Estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ), Cons. Marcelo Paixão (UFRJ), Adv. Eloi Ferreira de Araújo (Fundação Palmares) e Psic. Leandro Alberto Pinto dos Santos (COMDEDINE).

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Est. Fabio Pontes, Est. Karine Vargas e Est. Talita Araujo. fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120

Eventos aproximam Corecon-RJ de estudantes de Economia

■ Dando prosseguimento às ações que visam aproximar os estudantes de Economia do Corecon-RJ, o Conselho participou de três eventos em setembro e outubro.

A III Semana de Economia da UERJ, organizada pelos estudantes da Faculdade de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, aconteceu de 13 a 15 de setembro. Além de apoio financeiro, o Corecon-RJ esteve presente no evento, onde realizou a distribuição de edições do JE, livros e folders. O Conselho também distribuiu cartilhas sobre os aspectos legais da profissão, bem como fichas de credenciamento de estudantes junto ao Corecon-RJ, além de prestar informações sobre o registro de estudantes no Conselho, os convênios, os cursos, e o funcionamento da Biblioteca.

Em 7 de outubro, o Corecon-RJ recebeu, em sua sede, um grupo de estudantes de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Maringá, no Paraná. Os estudantes assistiram a uma palestra sobre a profissão e conheceram funcionários e as dependências da sede.

Em 20 de outubro, a Universidade

Estácio de Sá – Campus Presidente Vargas, através da Coordenadoria do curso de Ciências Econômicas, realizou o evento “A profissão do economista no mundo em transformação e crise”. O objetivo foi discutir o papel do economista e suas funções nas questões relacionadas a uma nova agenda que vise o bem-estar da sociedade, além de prestar informações quanto a obrigações legais da profissão, mercado de trabalho e áreas de atuação. Josivaldo de Lira, secretário de fiscalização do Corecon-RJ, falou sobre aspectos legais da profissão, mercado de trabalho e ações de fortalecimento da profissão e da disseminação da técnica econômica. O Conselho sorteou exemplares do livro “Os Anos Lula – Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010” e distribuiu livros e edições do JE. Distribuiu também cartilhas sobre os aspectos legais da profissão do economista, bem como fichas de credenciamento de estudantes junto ao Corecon-RJ, e prestou as informações sobre registro, convênios, cursos e funcionamento da Biblioteca.

Resultado das eleições 2011

MANDATO 2012-2014

Conselheiros Efetivos - 2º Terço:

Edson Peterli Guimarães - Reg. nº: 11.309

Gilberto Caputo Santos - Reg. nº: 8.770

Jorge de Oliveira Camargo - Reg. nº: 16.091

Conselheiros Suplentes - 2º Terço

André Luiz Rodrigues Osório - Reg. nº: 24.283

Leonardo de Moura Perdigão Pamplona - Reg. nº: 24.016

Miguel Antonio Pinho Bruno - Reg. nº: 20.596

Delegado-Eleitor Efetivo:

José Antonio Lutterbach Soares - Reg. nº: 19.816

Delegado-Eleitor Suplente:

João Manoel Gonçalves Barbosa - Reg. nº: 8.009

Agenda de cursos

Atualização e aperfeiçoamento em Economia preparatório para o exame da Anpec 2012

Descontos especiais para o pagamento à vista feito até 29 de dezembro. Inscrições para bolsa de monitoria até 3 de fevereiro.

Avaliação de negócios e tomada de decisão - modelos em Excel.

9 de janeiro a 1º de fevereiro de 2012, às segundas, quartas e sextas, das 18h45 às 21h30. 30 horas-aula. Professor Eduardo de Sá Fortes Leitão Rodrigues.

Contabilidade ambiental

19, 20, 23, 24, 25, 26 e 27 de janeiro de 2012, de 18h às 21h30. Professora Claudia Lucia Bisaggio Soares.

Para saber os conteúdos programáticos dos cursos e se inscrever, visite o site www.economistas.org.br ou envie uma mensagem para cursos@corecon-rj.org.br

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JUL A SET/10	JUL A SET/11		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS CORRENTES			RECEITAS		
ANUIDADES	179.963,45	248.628,43	ANUIDADES	68.664,98	38,2
PATRIMONIAL	75.886,12	105.052,71	PATRIMONIAL	29.166,59	38,4
SERVIÇOS	6.541,08	15.920,31	SERVIÇOS	9.379,23	143,4
MULTAS E JUROS DE MORA	-	3.653,09	MULTAS E JUROS DE MORA	3.653,09	-
DÍVIDA ATIVA	174.813,72	219.667,08	DÍVIDA ATIVA	44.853,36	25,7
DIVERSAS	38.063,70	70.576,17	DIVERSAS	32.512,47	85,4
RECEITAS DE CAPITAL	-	-		-	-
TOTAL GERAL	475.268,07	663.497,79	TOTAL GERAL	188.229,72	39,6
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	759.167,45	849.691,55	DE CUSTEIO	90.524,10	11,9
PESSOAL	382.621,88	428.408,61	PESSOAL	45.786,73	12,0
MATERIAL DE CONSUMO	11.640,99	8.285,66	MATERIAL DE CONSUMO	(3.355,33)	-28,8
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	364.904,58	412.997,28	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	48.092,70	13,2
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.054,35	107.545,10	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.490,75	34,3
DESPESAS DE CAPITAL	9.527,84	9.440,83	DESPESAS DE CAPITAL	(87,01)	-0,9
TOTAL GERAL	848.749,64	966.677,48	TOTAL GERAL	117.927,84	13,9
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(373.481,57)	(303.179,69)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	70.301,88	-18,8